



# PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANÁ

R. Francisco Albuquerque, 1488

Telefax (044) 523 - 23.30

CEP 87302-220

Cx. Postal 450

CNPJ. 79.869.772/0001-14

e-mail:legislativomunicipal@camaracm.com.br. www.camaracm.com.br

## REQUERIMENTO

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

Protocolo Nº 1536/2004

Campo Mourão, 25/11/04 Horas 17:35

\_\_\_\_\_  
PROTOCOLISTA

APROVADO POR	UNANIMIDADE <u>e</u>
	MAIORIA
Sala das sessões	<u>0</u> / <u>12</u> / <u>2004</u>

\_\_\_\_\_  
1º Vice-Presidente

FAVORÁVEL A TRAMITAÇÃO

30/11/04  
  
\_\_\_\_\_  
Celso Hruschka  
1º Vice-Presidente

Os Vereadores signatários do presente, em conformidade com o texto regimental desta Casa de Leis, REQUER à Mesa que seja enviado ofício a **SENHORA SHIRLEY AUGUSTA DE SOUZA PICCIONI – PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ**, para que a mesma responda o que se segue:

1. Quais os critérios adotados para a regularização do ensino superior a Distância no Estado do Paraná?
2. Estes cursos a distância tem reconhecimento a nível de Brasil?
3. Qual o critério adotado para a contratação dos professores e/ou tutores para o ensino a distância, e quantos são necessários por curso?
4. Qual o material utilizado para a realização dos cursos à distância, estes materiais são oferecidos pelas instituições?
5. Qual o número de cursos oferecidos na Comcam - Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão?



# PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

## ESTADO DO PARANÁ

R. Francisco Albuquerque, 1488

Telefax (044) 523 - 23.30

CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

CNPJ. 79.869.772/0001-14

e-mail:legislativomunicipal@camaracm.com.br. www.camaracm.com.br

274  
m

### JUSTIFICATIVA:

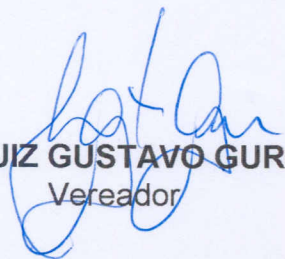
Fomos procurados por alunos que estão cursando e outros que pretendem cursar os polêmicos cursos à distância, os quais estão preocupados com a legalidade dos mesmos, uma vez que os alunos estão e estarão investindo tempo e dinheiro.

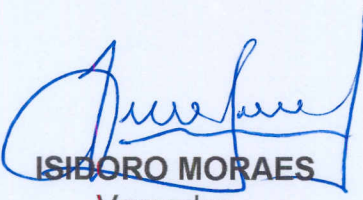
Assim gostaríamos que através deste, fossem sanados os questionamentos acima descritos, uma vez que surgiram dúvidas em relação à legalidade, a qualidade e a validade do diploma em outros estados brasileiros.


Sendo assim fica nossa preocupação, haja vista o aumento do número de cursos à distância, que muitas vezes deixa de preencher todas as lacunas necessárias para o bom aprendizado dos alunos, alunos estes que na maioria das vezes serão nossos futuros professores, uma vez que os cursos de pedagogia e magistério a distância são os mais procurados.

Termos em que pede  
e espera deferimento.

**SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO**, Estado do Paraná em 22 de Novembro de 2004.

  
**LUIZ GUSTAVO GURGEL**  
Vereador

  
**ISIDORO MORAES**  
Vereador

  
**IZAEL SKOWRONSKI**  
Vereador



## **A DIVISÃO LEGISLATIVA CERTIFICA:**

- QUANTO À EXISTÊNCIA DE REGISTRO DE SÚMULA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N.º 011/93 -

SOBRE A MATÉRIA:

☒ ***não existe súmula registrada por outro Vereador sobre o assunto.***

☐ existe o registro de súmula por outro Vereador, em anexo.

- QUANTO À EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL OU MATERIAL DISPONÍVEL SOBRE A MATÉRIA:

☐ Não

☐ Sim, Conforme anexo

- QUANTO À PREJUDICIALIDADE:

☒ ***não há qualquer óbice.***

☐ a proposição é idêntica a outra (anexo) ☐ Já aprovada (167, I, a RI)  
☐ Rejeitada, nesta Sessão Legislativa (167, I, b)  
☐ Já transformado em diploma legal (167, I, C)

☐ a proposição (artigo 167, inciso II) é idêntica a outra considerada inconstitucional pela CLR.

☐ Trata-se de Indicação e/ ou requerimento com a mesma ou oposta finalidade de outro já aprovado (artigo 167, inciso VI) conforme documento anexo.

- QUANTO AOS QUESITOS PARA RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DA PROPOSIÇÃO.

☒ ***não há qualquer óbice.***

☐ a proposição fere o artigo 151, § 2º, inciso I, do R. I., pois não está formalizada e em termos.

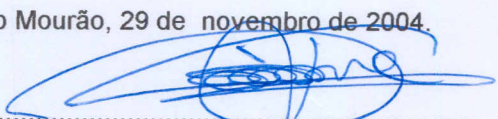
☐ a proposição tem conteúdo idêntico ou semelhante a proposição em tramitação - nº.....

(em anexo) - art. 151, § 2º, inciso II, alínea "d", do R.I.

☐ a proposição tem conteúdo que foi objeto de Indicação ou Requerimento aprovados nos últimos 6 (seis) meses (cópia anexo) - art. 151, § 2º, inciso II, alínea "e", do R.I.

☐ a proposição refere-se a objetivo/meta não incluído no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, vigentes – art. 128, § 2º, do R.I.

Campo Mourão, 29 de novembro de 2004.



**Dione Clei Valério da Silva**  
Chefe da Divisão Legislativa



# PODER LEGISLATIVO DE CAMPOMOURÃO

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (0xx44) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J. 79.869.772/0001-1

e-mail:legislativomunicipal@start.com.br

www.camaracm.com.br

Assessoria Jurídica

276  
m

### PARECER PRELIMINAR: DATA DO RECEBIMENTO PARA PARECER:

( ) Indicação nº	_____ /2004	( ) Projeto de Lei nº	_____ /2004
( ) Indicação Legislativa nº	_____ /2004	( ) Projeto de Resolução	_____ /2004
<input checked="" type="checkbox"/> Requerimento	<u>1536</u> /2004	( ) Emenda à L.O.M. nº	_____ /2004
( ) Outros	_____ /2004	( ) Moção nº	_____ /2004

AUTOR (ES): .....

### OCORRÊNCIAS:

☒ Preenchidos os requisitos de constitucionalidade e legalidade.

- ( ) Verificação de Prejudicialidade.
- ( ) Vício de competência da matéria. Competência do (a).....
- ( ) Vício de origem. Competência privativa do (a).....
- ( ) Inconstitucional por ferir:.....
- ( ) Inorgânico por ferir:.....
- ( ) Ilegal por ferir:.....
- ( ) Possível corrigir ilegalidade/inconstitucionalidade através de emendas.....
- ( ) Necessário corrigir nos seguintes pontos:.....
- ( ) Necessário estudo aprofundado pela Assessoria Jurídica.
- ( ) Parecer Jurídico em anexo.
- ( ) Diligências necessárias ou sugeridas:.....

( ) A indicação atende ao art. 128, § 2º do R.I., frente ao disposto no art. ....da LDO.

( ) A indicação atende ao art. 128, § 2º do R.I., frente ao disposto no art. ....do PPA.

Parecer prolatado em 29/11 /2004.

- ☒ favorável à tramitação.
- ( ) favorável à tramitação com emendas.
- ( ) Pela apresentação de substitutivo
- ( ) Contrário à tramitação
- ( ) ..... Emendas em anexo.
- ( ) Substitutivo em anexo.
- ( ) Diligências.

  
GIOVANE JOSÉ MARTINS  
Assessor Jurídico - OAB/PR 31.312